



**AECT ZASNET**

**AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL  
AGRUPACIÓN EUROPEA DE COOPERACIÓN TERRITORIAL**

**CONCURSO PÚBLICO**

**CP – PI/01/2023**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Aquisição de bens para desenvolver o projeto “Equipar quatro centros  
interpretativos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”**



**Interreg**  
**Espana - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional





**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



(Página intencionalmente deixada em branco)



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| OBJETO DO PROCEDIMENTO .....                                   | 5  |
| ENTIDADE ADJUDICANTE .....                                     | 5  |
| DECISÃO DE CONTRATAR .....                                     | 6  |
| PLATAFORMA ELETRÓNICA E FORMA DE COMUNICAÇÃO .....             | 6  |
| CONSULTA DO PROCESSO DO PROCEDIMENTO .....                     | 7  |
| AGRUPAMENTOS .....   | 7  |
| JÚRI DO CONCURSO .....   | 8  |
| ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES .....                           | 9  |
| INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS .....                          | 9  |
| PREÇO BASE .....   | 10 |
| PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....                  | 10 |
| ENTREGA DAS PROPOSTAS .....                                    | 11 |
| DOCUMENTOS DA PROPOSTA .....                                   | 11 |
| PROPOSTAS VARIANTES .....                                      | 13 |
| MODO DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....       | 13 |
| PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....                        | 13 |
| RETIRADA DA PROPOSTA .....                                     | 14 |
| ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS E CANDIDATURAS ..... | 14 |
| CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....                                  | 15 |
| RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL ..... | 22 |
| ADJUDICAÇÃO .....  | 23 |
| HABILITAÇÃO .....  | 23 |
| MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....       | 24 |
| CAUÇÃO .....   | 26 |
| CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO .....                                | 26 |
| CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO .....                                | 27 |
| MINUTA DO CONTRATO .....                                       | 27 |
| DESPESAS .....   | 28 |



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



**ZASNET**  
AECT



**MESETA  
IBÉRICA**  
RESERVA DE BIOSFERA

|                            |    |
|----------------------------|----|
| LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ..... | 28 |
| ANEXO I .....              | 29 |



# Interreg

## España - Portugal

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



(Página intencionalmente deixada em branco)



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



## **Artigo 1º**

### **OBJETO DO PROCEDIMENTO**

1. O ZASNET, AECT, aceita propostas, nos termos do presente programa do procedimento, para a Aquisição de bens para desenvolver o projeto “Equipar quatro centros interpretativos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”, conforme definido no Caderno de Encargos e Termos de Referência que integram as Peças de Procedimento.
2. O presente procedimento tem como âmbito territorial a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, sendo a implementação dos mesmos realizados, previamente acordados, decorrentes do Projeto 0202\_Meseta\_Ibérica\_2\_P, cofinanciado pelo POCTEP.
  - a) La Fregeneda. Muelle de Vega Terrón – Salamanca
  - b) Villardeciervos - Zamora
  - c) Parque Ibérico de Natureza e Aventura (P.I.N.T.A.) – Vimioso (Terra Fria Transmontana)
  - d) Vila Flor (Terra Quente Transmontana)
3. O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público com publicitação internacional, nos termos da alínea c), n.º 1 e alíneas d) e e), n.º 2 do artigo 16.º, e alínea a), n.º 1 do artigo 20.º Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
4. O procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa do Procedimento, no Caderno de Encargos e nos Termos de Referência, bem como pelas disposições legais aplicáveis.
5. A presente aquisição estará sujeita às regras do cofinanciamento do Programa Operativo EP - INTERREG V A España Portugal (POCTEP).

## **Artigo 2º**

### **ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. O presente concurso público é promovido pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial | Agrupación Europea de Cooperación Territorial - AECT ZASNET, com o NIF 509 245 846, com sede na Rua Eng.º José Beça, nº 46, 5300-034 Bragança, Telefone +351 273 098 151 e endereço de e-mail: [zasnet@zasnet-aect.eu](mailto:zasnet@zasnet-aect.eu)



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



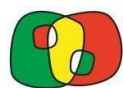
2. O horário de funcionamento é: de segunda a sexta-feira das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

### **Artigo 3º** **DECISÃO DE CONTRATAR**

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Assembleia Geral do ZASNET AECT, em reunião de Assembleia Geral, realizada a 26 de abril de 2023.
2. Na decisão de contratar foi tomada a resolução da não contratação por lotes, prevista nos termos da alínea a) do nº 2, do artigo 46-Aº do CCP, na sua redação atual, por se ter considerado que as prestações, no âmbito do presente procedimento, são funcionalmente incindíveis por se pretender que haja um discurso lógico e consequente entre os quatro centros interpretativos. Caso se se contrata por lotes, estas contratações poderiam causar constrangimentos resultando em prestações desvirtuadas do que se pretende.

### **Artigo 4º** **PLATAFORMA ELETRÓNICA E FORMA DE COMUNICAÇÃO**

1. O presente procedimento decorrerá através de plataforma eletrónica de compras da empresa ACIN iCloud Solutions (AcinGov), utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/> disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions (AcinGov).
2. Sem prejuízo das disposições específicas do presente programa, todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante ou o júri e os concorrentes que, nos termos do programa e da lei, devam ser praticadas num determinado prazo são obrigatoriamente feitas através da plataforma eletrónica indicada no número anterior, com envio automático e simultâneo de mensagens eletrónicas com solicitação de recibo de receção, devendo ficar disponíveis para consulta na área exclusiva respetiva.



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



3. Nos casos em que não seja possível utilizar a plataforma eletrónica, as comunicações poderão ser enviadas para o seguinte endereço de correio eletrónico: [zasnet@zasnet-aect.eu](mailto:zasnet@zasnet-aect.eu) com a indicação do assunto e a referência do processo.

### **Artigo 5º**

#### **CONSULTA DO PROCESSO DO PROCEDIMENTO**

1. O presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a. Programa do Procedimento;
  - b. Caderno de Encargos;
  - c. Termos de Referência;
  - d. Anexos às peças referidas nas alíneas anteriores;
  - e. Declarações de inexistência de conflito de interesses do júri do procedimento.
2. As peças do presente procedimento encontram-se igualmente patentes para consulta na morada indicada no número 1 do artigo 2º, onde poderão ser consultadas durante as horas de expediente, desde a data de publicação do convite até à data limite de apresentação das propostas.
3. Considerar-se-á que o proponente tomou perfeito conhecimento de todos os documentos do Processo do Procedimento, não só para preparação da sua proposta, mas também para, em caso de adjudicação, ficar àqueles contratualmente vinculado.
4. As informações contidas nos documentos do Processo do Procedimento serão consideradas pelo proponente como confidenciais, não podendo ser transmitidas a terceiros, sem o acordo prévio do ZASNET, AECT.

### **Artigo 6º**

#### **AGRUPAMENTOS**

1. Ao procedimento podem apresentar-se pessoas singulares ou coletivas ou agrupamentos, sem que entre elas exista qualquer modalidade de associação especificamente prevista na lei,





**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



não podendo ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes neste procedimento de modo individual nem integrar outro agrupamento concorrente.

3. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.

4. Os membros de cada agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante o ZASNET, AECT pelos deveres e obrigações decorrentes da proposta apresentada.

5. O(s) agrupamento(s) concorrente(s) designa(m) uma das entidades para o chefiar e representar. A entidade representante constitui a única interlocutora com a Entidade Adjudicante e sobre a qual recai, para além das tarefas no seio do agrupamento, o encargo da coordenação dos trabalhos e a responsabilidade pela execução de todos os meios e procedimentos tendentes à celebração do contrato.

#### **Artigo 7º** **JÚRI DO CONCURSO**

1. A entidade que conduz o procedimento é um júri composto por 3 membros efetivos e 2 suplentes, nomeados pela Entidade Adjudicante, de acordo com o artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

2. O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.

4. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do nº 2, artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

## **Artigo 8º**

### **ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES**

1. Os pedidos de esclarecimento de eventuais dúvidas surgidas na interpretação das peças do procedimento devem ser apresentados por escrito para o Júri do Concurso, até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma electrónica indicada no artigo 4º, na funcionalidade “Esclarecimentos/Comunicações”.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri, também por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e disponibilizados na plataforma electrónica indicada no nº 1 do artigo 4º, na mesma funcionalidade. Quando os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.
3. O órgão que tomou a decisão de contratar poderá proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos referidos nos números anteriores.
4. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma electrónica indicada no nº 1 do artigo 4º e juntos às peças do procedimento, delas fazendo parte integrante, e dessa junção serão notificados todos os interessados que as tenham adquirido.
5. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Artigo 9º**

### **INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS**

1. Durante o prazo para a apresentação das propostas, os concorrentes interessados poderão inspecionar os locais onde serão instalados os bens a fornecer no âmbito deste procedimento, e neles efetuar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, sob pena de não poderem, posteriormente, invocar o desconhecimento de quaisquer condições relevantes para a materialização do objecto deste procedimento;



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



2. Os interessados em visitar as instalações existentes deverão contactar o ZASNET, AECT, através dos contactos indicados no nº 1 do artigo 2º;
3. A(s) visita(s) deverá(ão) ocorrer no terceiro e quarto dia útil após publicação do presente procedimento ou com agendamento prévio.

#### **Artigo 10º** **PREÇO BASE**

1. O preço base para efeito do concurso, com a exclusão do IVA, é de **250.000,00€** (duzentos e cinquenta mil euros).
2. O preço base, nos termos do artigo 17.º do CCP, foi fixado em resultado dos trabalhos de um procedimento anterior<sup>1</sup> e estimando as necessidades dos bens objeto de contrato ao preço de mercado atualizado.

#### **Artigo 11º** **PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. As propostas deverão ser entregues até às 23:59 h do 30º (trigésimo) dia a contar da data de envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias e da publicação na plataforma indicada no nº 1, do artigo 4º. Se o prazo terminar ao sábado, domingo ou feriado transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora e dia referido no número anterior.

---

<sup>1</sup> LOTE – 03 do CP1/2017 - Concessão do projeto para equipar 4 Centros Interpretativos da RBT Meseta Ibérica

## **Artigo 12º**

### **ENTREGA DAS PROPOSTAS**

1. A entrega das propostas e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente e de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública ACIN iCloud Solutions (AcinGov), acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.
2. Entende-se que, com a entrega das propostas, os concorrentes tomaram perfeito conhecimento de todas as complexidades e constrangimentos inerentes à execução dos trabalhos e à prestação dos serviços objeto do contrato de concessão a celebrar, não podendo os mesmos, no decurso da sua execução, vir invocar falta de informação para todo e qualquer efeito.
3. Todos os documentos que constituem a proposta carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente através de assinatura digital qualificada e juntar documento que mandate quem assina a proposta, se aplicável, nos termos do artigo 54º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
4. A operação de submissão dos documentos na plataforma eletrónica deverá ser realizada com recurso a assinatura eletrónica através da aplicação da plataforma e com recurso aos certificados digitais do utilizador, nos termos do artigo 68º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
5. A plataforma eletrónica disponibilizará aos concorrentes um recibo que atesta o dia e a hora em que a proposta foi submetida através da plataforma eletrónica.

## **Artigo 13º**

### **DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Documento Europeu Único de Contratação Pública<sup>2</sup>;

---

<sup>2</sup> <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, especificamente:

b1. Memória descritiva e justificativa das soluções propostas, incluindo peças desenhadas que ilustrem o funcionamento de cada espaço, em consonância com o proposto na memória descritiva e justificativa;

b2. Para cada espaço, indicação do preço unitário, sem IVA, de cada equipamento, aplicação informática ou prestação de serviço inerente à proposta apresentada, em conformidade com o Anexo ao Caderno de Encargos;

b3. Lista de todos os equipamentos propostos e respetivas especificações técnicas, incluindo indicação da classe/escala energética;

- c) Plano de trabalhos ajustado ao faseamento definido na Cláusula 6ª do Caderno de Encargos e ao prazo de 6 (seis) meses para a implementação das soluções;
- d) Documento, no caso de se tratar de um agrupamento concorrente, no qual se comprometem a cumprir o disposto no artigo 6º do presente programa do procedimento;

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP.

3. A declaração referida na al. a), nº 1 do artigo 13º, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na al a), nº 1 do artigo 13º deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

## **Artigo 14º**

### **PROPOSTAS VARIANTES**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **Artigo 15º**

### **MODO DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. Todos os documentos da proposta devem ser redigidos em língua portuguesa e ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica referida no nº 1 do artigo 4º, nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, sendo que, caso ocorram problemas técnicos na plataforma eletrónica que comprovadamente impossibilitem a apresentação da(s) proposta(s), o ZASNET, AECT deve prorrogar o prazo para apresentação da(s) mesma(s) nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
2. Documentos que constituem a proposta, isto é, os atributos da proposta, que podem ser redigidos em língua estrangeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP. A língua estrangeira admitida é a língua espanhola, designadamente os documentos constantes na al. b), c) e d), do nº 1, do artigo 13º.

## **Artigo 16º**

### **PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 66 (sessenta e seis) dias úteis, contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por iguais períodos para os concorrentes que nada requeiram em contrário.



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



### **Artigo 17º** **RETIRADA DA PROPOSTA**

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 18º** **ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS E CANDIDATURAS**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º

3. O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas





**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos nº 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo 19º** **CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade "Multifator" em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP na redação atual.
2. A pontuação global de uma proposta resulta da aplicação do modelo aditivo de agregação dos valores (parciais) obtidos em cada um dos fatores, tendo em consideração os respetivos coeficientes de ponderação através da seguinte fórmula:

$$PG = 0,70 \times VTP + 0,3 \times PP$$

em que:

- **PG** é a pontuação global da proposta;
- **VTP** é a pontuação parcial da proposta no fator qualitativo Valia Técnica da Proposta;
- **PP** é a pontuação parcial da proposta no fator Preço da Proposta;

3. A todos os fatores e subfatores, bem como aos respetivos critérios de análise, será atribuída uma classificação entre 0 e 1 valores.





**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



4. Os fatores e subfatores, bem como os respectivos coeficientes de ponderação considerados no cálculo da pontuação global de cada proposta, são os seguintes:

- a) Fator **Valia Técnica da Proposta (70%)**
- b) Fator **Preço da Proposta (30%)**

**a) Fator Valia Técnica da Proposta – VTP (70%)**

O fator Valia Técnica da Proposta será o resultado da análise de dois subfactores:

- a1) AS - Adequação das soluções a cada uma das temáticas apresentadas – 70%;**
- a2) MD - Memória Descritiva e justificativa – 30%.**

A fórmula de cálculo do fator Valia Técnica da Proposta é a seguinte:

$$\text{VTP} = 70 \% \text{ AS} + 30 \% \text{ MD} \quad (\text{expressa de 0 a 1})$$

Os dois subfatores em causa serão avaliados do seguinte modo:

- a1) AS - Adequação das soluções a cada uma das temáticas apresentadas (70%)**

A fórmula de cálculo do subfator AS (Adequação das soluções a cada uma das temáticas apresentadas) é a seguinte:



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



$$AS = 35\% \times \text{Inov} + 25\% \times \text{Adeq} + 20\% \times \text{Facil} + 20\% \times \text{CA} \quad (\text{expressa de 0 a 1})$$

em que:

AS - Adequação das soluções a cada uma das temáticas apresentadas

Inov – Inovação das soluções

Adeq – Adequação dos equipamentos propostos a cada um dos espaços

Facil – Facilidade de Utilização / Usabilidade

CA – Critérios Ambientais

#### **a1.1) Inov – Inovação (35%)**

A pontuação deste subfator será atribuída de acordo com os parâmetros de avaliação e escala de pontuação seguinte:

**MUITO BOM** – Apresenta soluções expositivas inovadoras e sustentáveis, integrando na maioria dos suportes expositivos soluções tecnologicamente interativas multitoque, esclarecedoras, diretamente orientadas para o consumidor. A proposta contempla elementos expositivos muito claros de interpretação do território. 1,0 ponto

**BOM** – Apresenta soluções expositivas inovadoras e sustentáveis, integrando em alguns dos suportes expositivos soluções tecnologicamente interativas multitoque, esclarecedoras, diretamente orientadas para o consumidor. A proposta contempla elementos expositivos muito claros de interpretação do território. 0,75 pontos

**SATISFATÓRIO** – Apresenta soluções expositivas inovadoras e sustentáveis, integrando em alguns. A proposta contempla alguns elementos expositivos de 0,50 pontos



**Interreg**  
Espana - Portugal

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



interpretação do território.

**SUFICIENTE** – Apresenta produtos e soluções expositivas pouco inovadoras, com interatividade limitada, sem elementos expositivos de interpretação do território. 0,25 pontos

**INSUFICIENTE** – Apresenta produtos desajustados e/ou desinteressantes. 0 pontos

**a1.2) Adeq – Adequação dos equipamentos propostos a cada um dos espaços (25%)**

Para avaliar a adequação dos equipamentos propostos a cada um dos espaços e para a temática abordada, será efetuada uma análise qualitativa, sendo a mesma densificada com a atribuição de pontuações numa escala de 0 (zero) a 1 (um) valores, sendo o método de classificação, o seguinte:

**MUITO BOM** – Propõe uma distribuição homogénea e coerente de soluções em todo o espaço, seguindo uma lógica clara e bem definida, nomeadamente no que diz respeito a cenografia e/ou decoração. 1,0 ponto

**BOM** – Propõe uma distribuição homogénea e coerente de soluções em todo o espaço, seguindo uma lógica clara e definida, nomeadamente no que diz respeito a cenografia e/ou decoração. 0,75 pontos

**SATISFATÓRIO** – Propõe uma distribuição em que a lógica expositiva é de difícil compreensão, apesar de apresentar cenografia ajustada. 0,50 pontos

**SUFICIENTE** – Propõe uma distribuição em que a lógica expositiva é de difícil compreensão, sem interligação aparente com a cenografia e/ou decoração propostas. 0,25 pontos

**INSUFICIENTE** – Solução sem lógica expositiva e desajustada. 0 pontos



**Interreg**  
**Espana - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



### **a1.3) Fácil – Facilidade de Utilização / Usabilidade (20%)**

Para avaliar a facilidade de utilização dos equipamentos e soluções propostas para cada um dos espaços, nomeadamente o acesso à informação por parte de vários tipos de utilizadores e/ou público-alvo, e com diversas formas de acesso à informação (toque, gestos, mobilidade reduzida e acesso condicionado), será efetuada uma análise qualitativa, sendo a mesma densificada com a atribuição de pontuações numa escala de 0 (zero) a 1 (um) valores, sendo o método de classificação, o seguinte:

**MUITO BOM** – Solução que na íntegra apresenta equipamentos intuitivos e fáceis de utilizar e revela preocupação em adequar a solução a diferentes tipos de utilizadores e/ou públicos-alvo. 1,0 ponto

**BOM** – Solução que na maioria apresenta equipamentos intuitivos e fáceis de utilizar e que revela preocupação em adequar a solução a diferentes tipos de utilizadores e/ou públicos-alvo. 0,75 pontos

**SATISFATÓRIO** – Solução em que alguns dos equipamentos são intuitivos e fáceis de utilizar e que revela alguma preocupação em adequar a solução a diferentes tipos de utilizadores e/ou públicos-alvo. 0,50 pontos

**SUFICIENTE** – Solução com equipamentos intuitivos e fáceis de utilizar, mas que não revela preocupação em adequar a proposta a diferentes tipos de utilizadores e/ou públicos-alvo. 0,25 pontos

**INSUFICIENTE** – Solução com equipamentos desajustados. Não revela preocupação em adequar a proposta a diferentes tipos de utilizadores e/ou públicos-alvo. 0 pontos



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



#### **a1.4) CA – Critérios Ambientais (20%)**

Para avaliar os critérios ambientais das soluções propostas, será efetuada uma análise qualitativa, sendo a mesma densificada com a atribuição de pontuações numa escala de 0 (zero) a 1 (um) valores, sendo o método de classificação, o seguinte:

**MUITO BOM** – Apresenta soluções tecnológicas de baixo consumo energético. 1,0 ponto  
Propõe soluções de cenografia e/ou decoração as quais na maioria são reutilizáveis. Utilização de materiais com tintas inócuas. O embalamento e transporte com baixo impacto ambiental

**BOM** – Apresenta soluções tecnológicas de baixo consumo energético. Propõe 0,75 pontos  
soluções de cenografia e/ou decoração das quais algumas são reutilizáveis.  
Utilização de materiais com tintas inócuas.

**SATISFATÓRIO** – Apresenta soluções tecnológicas de baixo consumo 0,50 pontos  
energético. Propõe soluções de cenografia e/ou decoração das quais poucas  
são reutilizáveis.

**SUFICIENTE** – Apresenta soluções tecnológicas de médio consumo energético. 0,25 pontos  
Propõe soluções de cenografia e/ou decoração as quais não são reutilizáveis.

**INSUFICIENTE** – Apresenta produtos desajustados. 0 pontos

#### **a2) MD - Memória Descritiva e Justificativa (30%)**

Para avaliar a memória descritiva e justificativa das soluções propostas, será efetuada uma análise qualitativa da mesma, sendo a mesma densificada com a atribuição de pontuações numa escala de 0 (zero) a 1 (um) valores, sendo o método de classificação, o seguinte:



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



|  |             |
|--|-------------|
| <b>MUITO BOM</b> – Descreve e cumpre integralmente os aspetos essenciais, de forma clara, com muito bom detalhe e adequação. | 1,0 ponto   |
| <b>BOM</b> – Descreve e cumpre a quase totalidade dos aspetos essenciais, de forma clara, com bom detalhe e adequação.       | 0,75 pontos |
| <b>SATISFATÓRIO</b> – Descreve e cumpre satisfatoriamente os aspetos essenciais, com suficiente detalhe e adequação.         | 0,5 pontos  |
| <b>SUFICIENTE</b> – Descreve os aspetos essenciais, mas de forma pouco detalhada e pouco adequada.                           | 0,25 pontos |
| <b>INSUFICIENTE</b> – Desajustada.   | 0 pontos    |

#### **b) Fator Preço da Proposta – PP (30%)**

No cálculo ou atribuição de pontuações a escala a utilizar é de 0 (zero) a 1 (um) valores, sendo o método de classificação o seguinte:

**b.1)** Valores iguais ao Preço Base do concurso: atribuição de 0,10 pontos;

**b.2)** Valores inferiores ao Preço Base são pontuados por interpolação recorrendo à fórmula infra indicada:

$$P = - (0,90 / P_b) * P_p + 1,0$$



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



em que:

Pb – Preço base

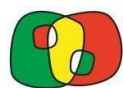
Pp – Preço da proposta

**b.3)** Valores superiores ao Preço Base não são considerados.

### **Artigo 20º**

#### **RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL**

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, de acordo com a aplicação dos critérios de adjudicação e respetivo modelo de avaliação.
2. No Relatório Preliminar, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos dos nºs 2 e 3 do artigo 146º do CCP.
3. O Relatório Preliminar será enviado aos concorrentes para efeitos de audiência prévia, devendo estes apresentar a sua pronúncia no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
4. Recebidas as respostas dos concorrentes ou decorrido o prazo previsto no número anterior, o Júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando as conclusões do referido Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
5. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Cabe ao ZASNET, AECT decidir sobre a aprovação de todas as propostas constantes do Relatório Final para efeitos de adjudicação.



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



### **Artigo 21º** **ADJUDICAÇÃO**

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes sendo acompanhada do relatório final de análise das propostas.
2. A decisão de adjudicação produzirá efeito a partir do dia útil seguinte ao dia em que a Entidade Adjudicante notificar o Adjudicatário de ter recebido a totalidade dos documentos referidos no nº 1 do artigo 22º do presente Programa.
3. Notificado da produção de efeitos da adjudicação, o Adjudicatário deve:
  - a) Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no número seguinte;
  - b) Confirmar, se aplicável, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos da proposta adjudicada;

### **Artigo 22º** **HABILITAÇÃO**

1. O Adjudicatário deve submeter na plataforma eletrónica indicada no nº 1 do artigo 4º, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de comunicação da produção de efeitos da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo III – Habilitação, no presente Programa de Procedimento);
  - b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social em Portugal ou, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade





**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- d) Certificado do registo criminal da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, certificado de registo criminal da pessoa coletiva e dos respectivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência emitidos pela autoridade competente, para comprovação negativa das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual;
- e) Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, ou declaração de identificação do concorrente com indicação da autorização para a sua verificação através dos meios electrónicos, emitida pelos serviços das entidades competentes;

2. Se o Adjudicatário for um agrupamento, observar-se-á o disposto no artigo 84.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

3. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e acompanhada de declaração do Adjudicatário, nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

### **Artigo 23º**

#### **MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Os documentos de habilitação devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica ACIN iCloud Solutions (AcinGov), (<https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>), utilizada pelo



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



ZASNET, AECT, através de meio de transmissão escrita e electrónica de dados, ou remetidos para o e-mail mencionado no ponto 2.1, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. A apresentação, nos termos do número anterior, poderá ser substituída por indicação do endereço internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respectiva consulta, nos casos previstos no n.º 2, do artigo 83.º, do Código dos Contratos Públicos.

3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que o ZASNET, AECT consulte a informação prevista no n.º 3 do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que o ZASNET, AECT, tem o contribuinte n.º 509 245 846, podendo com esse número o Concorrente formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito da apresentação dos restantes documentos de habilitação.

4. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respectivos originais.

5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo candidato/concorrente serão assinados pelo mesmo.

6. No caso de o proponente recorrer à subcontratação parcial da prestação de serviços, a proposta deve ainda ser acompanhada, relativamente às entidades a subcontratar, dos mesmos documentos exigidos no procedimento ao proponente para comprovação da respectiva habilitação.

7. Todos os Concorrentes são notificados em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



8. Os documentos de habilitação deverão ser disponibilizados no processo de concurso para consulta de todos os Concorrentes.

#### **Artigo 24º** **CAUÇÃO**

1. No presente procedimento não se aplica a apresentação de caução, nos termos da alínea a) do nº 1, do artigo 88º do CCP, na sua redação atual.
2. Nos termos do nº 3, do artigo 88º do CCP, na sua redação atual, a entidade adjudicante pode proceder à retenção de até 10% (dez por cento), do valor dos pagamentos a efetuar, tal como prevista no caderno de encargos.

#### **Artigo 25º** **CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

1. Não há lugar à adjudicação se:
  - a) Por circunstâncias imprevistas, for necessário alterar aspetos fundamentais das peças do processo após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - b) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
  - c) For emitida decisão de oposição à concentração de empresas (ou de decisão equivalente) pela autoridade de concorrência competente;
  - d) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público a cargo do ZASNET, AECT o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



## **Artigo 26º**

### **CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) O Adjudicatário não confirmar os compromissos com terceiras entidades, quando aplicável, nos termos dos artigos 92.º e 93.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 105.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 27º**

### **MINUTA DO CONTRATO**

- 1. A minuta do contrato a celebrar, depois de aprovada pela Entidade Adjudicante, será notificada ao Adjudicatário para aceitação.
- 2. A minuta do contrato considera-se aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
- 3. O contrato será outorgado com a aposição de assinaturas eletrónicas dos representantes das partes.
- 4. O presente contrato fica dispensado de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos do nº 1, do artigo 48º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
- 5. São da responsabilidade do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



### **Artigo 28º** **DESPESAS**

1. São da exclusiva responsabilidade de cada um dos concorrentes as despesas decorrentes de todos e quaisquer custos e encargos decorrentes ou associados, a qualquer título, com a preparação, elaboração das propostas e com a celebração do contrato.

### **Artigo 29º** **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. Em tudo o que se revelar omissa no presente Programa, observar-se-á o disposto no Código dos Códigos Públicos e demais legislação aplicável.

D. Jesus M. Prada

Presidente do AECT ZASNET



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



## ANEXO I

### MODELO DA PROPOSTA

F \_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do **[PROCEDIMENTO]**, a que se refere o anúncio datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, obriga-se a prestar todos os serviços em harmonia com o constante no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Termos de Referência, pela quantia de €..... (por extenso e por algarismos) que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) – Nos termos do disposto nos nº4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos